

# Planalto dá cartas após promulgação

Robertão confia na maioria governista na hora da regulamentação

JORGE CARDOSO

O Palácio do Planalto não desistiu de fazer prevalecer algumas de suas teses no novo ordenamento jurídico inaugurado com a promulgação da Constituição. Assim que a nova Carta entrar em vigor, os articuladores do presidente Sarney no Congresso pretendem já estar com um bloco majoritário de apoio ao Governo para reverter, na elaboração da legislação ordinária, as batalhas perdidas na Constituinte.

— Se a Constituição for obedecida cegamente ela vai engessar a economia. O texto tem que ser muito bem regulamentado, porque, como está, não permite a execução de uma política desenvolvimentista — comentava ontem o ministro da Indústria e do Comércio, Roberto Cardoso Alves, ao final do desfile de 7 de setembro.

O ministro, um dos fundadores do extinto Centrão, considera "fundamental" a formação de outro bloco parlamentar majoritário que defina o perfil da legislação complementar. "O Gover-

no tem que ser fortemente apoiado no parlamento para garantir a liberalização da economia e o fortalecimento da livre iniciativa", defendia Cardoso Alves.

Segundo o líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), as negociações para a formação da maioria nunca se interromperam. "A maioria sempre se formou, mas não é estável", observa Sant'Anna. O novo bloco de apoio ao Governo — que deve se chamar Bloco Parlamentar de Transição ou Bloco da Transição Democrática — não provocará necessariamente, segundo Sant'Anna, uma reformulação partidária. "Diversos partidos poderão compô-lo, com parte de suas bancadas".

Os blocos parlamentares suprapartidários ganharão força com a nova Carta. O texto lhes garante, na composição das Mesas e das Comissões, as mesmas prerrogativas dos partidos políticos, com direito a representação proporcional às suas bancadas.

## Oposição cerca Lourenço

A primeira providência tomada pelo grupo que quer mudar o líder do PFL foi ligar para os colegas de bancada apelando a eles para não mais assinar, como fizeram nos últimos anos, requerimento de apoio a permanência do deputado José Lourenço. Ao mesmo tempo, procuram sensibilizar os pefelistas para os danos provocados ao partido em termos eleitorais e de perspectivas de futuro a ação desenvolvida por Lourenço na Constituinte, onde a legenda ganhou a cara de direita.

Todavia, se pretendem mesmo agitar as negociações dentro da bancada para que o deputado José Lourenço não fale mais pelo PFL na solenidade de promulgação da nova Carta, no dia 5, os mentores da substituição adotam postura de cautela. E que reconheçam a capacidade de mobilização dele e, principalmente, seu apreço por uma boa briga.

A gota d'água nesse episódio saiu mesmo do último dia de trabalhos da Constituinte. Primeiro foi o episódio da anistia aos débitos da era do Cruzado, quando o deputado José Lourenço disse que o PFL era contra a manutenção. No mesmo momento, muitos de seus liderados acorreram ao deputado Humberto Souto, autor da proposta, pedindo-lhe que salvasse o partido. Foi quando Souto tomou o microfone e desafiou o líder, avisando que ele não falava em seu nome nem no do PFL. Acabaram às turras, porque a bancada realmente votou diferente da orientação dada por Lourenço.

Em seguida, o líder do PFL encabeçou o abaixo-assinado a favor de um casuismo para beneficiar o deputado Ulysses Guimarães com mais um período de dois anos na presidência da Câmara. Os apelos, além de seu partido, vinham de bancadas inexpressivas, na maioria, de integrante único. Além de provocar um constrangimento generalizado no plenário, mais uma vez José Lourenço teria criado divergências com seus colegas de partido, inclusive com os que apoiariam a reeleição sem problemas. E para arrematar o episódio do GDF, que foi computado como derrota do Palácio do Planalto.

Mas não param aí as queixas. A deputada Maria de Lourdes Abadia, por exemplo, saiu do PFL depois de observar que a orientação da liderança era completamente diferente da ideologia e do programa do partido, além de se chocar com os compromissos que ela tinha a nível eleitoral. Mesmo assim, a deputada acha que "o deputado José Lourenço, no autoritarismo dele, é uma pessoa transparente".

Os descontentes não acusam Lourenço de falta de transparência, mas costumam assinalar que é autoritário demais e assume posições pessoais que confunde com a da bancada. Um exemplo que dão é a da sugestão de zerar a Constituinte, que criou o maior tumulto na Casa há cerca de um mês. Outro, as desavenças com o PMDB, quando todos queriam

términar logo as votações.

Todavia, mesmo os que reclamam reconhecem a capacidade de José Lourenço dar a volta por cima. Ocupando a liderança há quatro anos, ele teve oportunidade de enfrentar oposição semelhante há cerca de um ano, quando um grupo de deputados teve pretensão semelhante a que votou agora. Enquanto os opositores ainda conversavam sobre o que iam fazer, o líder recolheu assinatura de parcela significativa da bancada apoiando sua permanência no cargo.

Agora, eles querem substituí-lo pelo que chamam de um político com capacidade de unir, ouvir e ser moderado, sem deixar de adotar postura independente. Querem alguém com capacidade de acatar também as opiniões da parte mais liberal do PFL, colocando nas posturas em plenário "um sal progressista". Por isso, não se fixam logo em nomes. Ricardo Fluzza ou Oscar Correa Júnior são apenas hipóteses, até porque ambos adotaram posições muito à direita nas votações. O importante nessa fase será sensibilizar a bancada para o fato de que chegou a hora de mudar.

Aliás, o deputado Ricardo Fluzza faz questão de não tocar nesse assunto, dizendo que nada sabe a respeito da movimentação de seus colegas de bancada. Ontem, deixou Brasília à tarde, para comemorar em Recife, junto com a família, seus 49 anos. E Oscar Correa, fazendo jus a tradição mineira, também se mantém à parte da questão.

Ignorando que o PFL tem um único Governador, contando portanto com 22 contra a legenda nos estados, os pefelistas que querem mudar o líder dizem que ele é responsável pelo partido não dispor de candidatos nas principais cidades do País para as eleições de novembro. E acham pouco os dados das pesquisas, que colocam em boa situação o senador Guilherme Palmeira, disputando a prefeitura de Maceió; ou do deputado Joaquim Francisco, dado como favorito no Recife. Também o deputado Manuel Castro, em Salvador, é um candidato competitivo.

Preferem apontar para os equívocos de Lourenço, lembrando que ele se atrelou mais ao Governo do que ao PMDB, como seria natural. Com isso, prejudicou o partido e lhe provocou grave desgaste, já que a legenda é principalmente congressional. Alegam ainda que o atual líder incompatibilizou o PFL com a opinião pública quando assumiu, em nome do Centrão, a defesa de banqueiros, das multinacionais e de medidas que iriam contra a massa de eleitores, formada de trabalhadores.

Por último, assinalam que o líder José Lourenço ao assumir a linha de frente do Centrão ainda encheu a bola do PMDB, cujo líder Mário Covas comandava a parcela fiel à história do partido, embora soubesse que mais da metade da bancada estava na ala centrísta.

## Mais uma etapa já concluída da Carta

Mais uma das últimas etapas da Assembléia Nacional Constituinte chega hoje ao fim, com o encaminhamento do texto aprovado em 2º turno à Mesa, depois de totalmente revisado pelo relator Bernardo Cabral (PMDB/AM) e os relatores adjuntos. Com a correção dos erros e equívocos detectados pelos relatores, já ficou definido o tamanho da nova Constituição, que terá 244 artigos no corpo permanente e 69 nas Disposições Transitórias. O texto será encaminhado agora à Comissão de Redação, que cuidará dos retoques finais, com a ajuda do filólogo Celso Cunha.

O relator Bernardo Cabral, observou que a nova Constituição brasileira será do tamanho das aspirações da maioria dos constituintes e da sociedade brasileira. "Não será nem sintética nem muito longa. A Constituição portuguesa, que é uma das mais modernas do mundo, tem 316 artigos", comparou Cabral.

Ele confirmou que a situação dos bens do Distrito Federal, realmente terá de continuar sem definição no texto constitucional aprovado, uma vez que nem mesmo a Comissão de Redação terá condições de sanar esta omissão, por falta de competência. "Esta falha vai permanecer no texto, porque infelizmente não posso fa-

zer nenhuma inclusão nesta fase. Nosso trabalho, em nenhum instante, atingiu o mérito do que foi aprovado pelos constituintes".

Na parte da manhã, Bernardo Cabral e os adjuntos Konder Reis, José Fogaca e Adolfo de Oliveira, concluíram a revisão do texto constitucional, através de uma leitura detalhada. A tarde e à noite relatores fizeram uma última checagem de todas as remissões, corrigindo erros e equívocos redacionais. A entrega da nova redação acontecerá hoje à tarde ao secretário-geral da Constituinte Paulo Afonso, já que o presidente Ulysses Guimarães está descansando em Porto Seguro (BA).

Amanhã os membros da Comissão de Redação já terão em mãos o texto publicado, com o qual trabalharão todo o final de semana, até terça-feira, na primeira reunião do grupo. Vários parlamentares já encaminharam sugestões à Comissão de Redação. Só o deputado Vivaldo Barbosa (PDT/RJ), ofereceu cerca de 200 sugestões. Têm colaborado também o senador Afonso Arinos (PFL/RJ), e o deputado Luís Vianna Filho (PMDB/BA). Na fase de apresentações de propostas de redação pelos constituintes — nos dias 16 e 17 — o relator Bernardo Cabral prevê um número não muito elevado de sugestões.